

Experiência de inclusão social de crianças e adolescentes pela educação

Quando falamos em inclusão social via educação, não podemos esquecer a história de milhões de brasileiros, cuja herança familiar perversa da não aprendizagem e da pobreza se repete por gerações, há séculos, como um ciclo vicioso: a falta de oportunidades educacionais, o trabalho infantil e a dificuldade de inserção profissional pela falta de qualificação, que passam de pai para filho. Romper esse ciclo intergeracional de desigualdades é o grande desafio do Brasil, cujos problemas sociais internos continuam bem complexos, apesar de o País ter assumido posição de destaque no cenário internacional. Hoje somos a 6ª potência econômica do mundo, convivendo com um desenvolvimento humano mediano, o 84º lugar no ranking de 169 países. Nossa sociedade é dividida em duas partes muito desiguais. E justamente a menor parte, ínfima, por sinal, é que detém os principais direitos à saúde, à cultura, ao lazer, à educação e ao trabalho.

Podemos dizer que há uma estreita relação entre escolaridade deficitária e as estatísticas de pobreza econômica, de exploração infantil pelo trabalho e de pouca participação social. E, se nada for feito, em curto prazo, para ampliar as oportunidades de educação de qualidade para todos, a falta de mão de obra qualificada será o grande gargalo que poderá inviabilizar o avanço do País na economia internacional.

A educação é a melhor forma de inclusão social, mas simplesmente garantir o acesso à educação básica pelas vias legais não significa, exatamente, assegurar a efetivação da educação de qualidade como direito de todos. Nosso maior problema educacional não é a oferta de vaga, mas sim garantir a permanência da criança e do jovem até a conclusão da educação básica, aprendendo no tempo certo o que lhes é de direito. Existe hoje no Brasil quase um milhão de crianças fora da escola, em idade que deveriam estar cursando o ensino fundamental. Se pensarmos em ensino médio, chegaremos perto de três milhões de jovens que são excluídos durante o processo de escolarização. Milhares de alunos são reprovados anualmente, ou autorreprovados pelo abandono escolar. Isto equivale a três milhões e seiscentas mil crianças que desistem no meio do caminho, sem completar seus estudos.

Em termos de qualidade, o comportamento dos indicadores de aprendizagem mostra que a maioria dos estudantes brasileiros está abaixo do mínimo desejável de conhecimento em Leitura e Matemática, de acordo com o Movimento “Todos pela Educação”, que compara os resultados dos brasileiros com a média dos alunos de países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No terceiro ano do ensino fundamental, apenas 50% das crianças conseguem saber o que se esperaria delas nessa fase, em termos de alfabetização; em Matemática, apenas 30% conseguem fazer um cálculo simples. No ensino médio, 30% dos alunos alcançaram a pontuação esperada em Língua Portuguesa e apenas 10% conseguem chegar ao considerado satisfatório para essa etapa da educação básica em Matemática.

Para chegar à tão sonhada qualidade e atingirmos o mesmo nível de proficiência dos países desenvolvidos, precisamos acelerar nosso ritmo atual, já que eles também avançam.

Outro grande problema da educação no Brasil é a distorção idade-série, gerada pela reprovação e abandono escolar, fatores que contribuem para o aumento do trabalho infantil e juvenil. São 20% de alunos defasados nos anos iniciais do ensino fundamental, 32% nos anos finais e 40% no ensino médio. É fundamental que, ao esforço de melhorar a qualidade do ensino público, com eficácia e velocidade, seja reduzida também a distância entre o que é ensinado na escola e os avanços do mundo atual, que exige indivíduos aptos a pensar analítica e criticamente, a resolver problemas complexos, a inovar, a ter visão estratégica e a construir novos conhecimentos de forma colaborativa.

Soluções educacionais para esses problemas precisam ser concebidas de forma que possam ser implantadas em todas as regiões do País, como uma política pública a que todos tenham acesso. Não precisamos necessariamente chegar até a criança, mas sim cuidar do adulto que está à frente dessa criança. Formar os alunos é uma função das redes de ensino; preparar os gestores educacionais, para que saiam de sua zona de conforto e sejam proativos na superação dos problemas, é um compromisso social que os três níveis de governo e sociedade precisam assumir conjuntamente.

Assegurar ações efetivas, eficazes e eficientes, exige a criação de mecanismos de acompanhamento e de institucionalização de práticas gestoras e gerenciais que mostrem necessidade, resultado e viabilidade. São os três “efs” da gestão que não podem faltar numa política pública, principalmente na educacional.

Devemos entender a gestão como ponto nevrálgico do sistema educacional brasileiro, que deve estar presente em todas as suas dimensões: aprendizagem, ensino, rotina escolar e política educacional.

A criança e o jovem precisam se apropriar da gestão de sua aprendizagem. O professor precisa acreditar em seus alunos, conhecer seu potencial e o estágio de desenvolvimento em que cada um deles se encontra para melhorar o seu processo de ensino. Precisamos pensar na rotina da escola e como a gestão facilita seu funcionamento. Muitas vezes, nem a própria rede de ensino sabe planejar o que a criança tem que aprender e como monitorar se isso está acontecendo.

Pensando nisso, o Instituto Ayrton Senna criou uma estrutura de suporte ao aluno, a qual chamamos de abraço. O aluno é o foco do processo. Os outros atores são o professor — que precisa inspirar esse aluno a gostar de estudar —, a equipe escolar, a equipe da Secretaria e Secretários de Educação, o Governador e o Prefeito. Nosso trabalho é formar os gestores para lidarem com as informações que saem das escolas, no sentido delas ajudarem a encontrar soluções que revertam em benefício do aluno. Esse ciclo é que garante uma visão de larga escala.

Temos de pensar no País como um todo e em políticas públicas eficientes que tragam resultados. Precisamos desenvolver continuamente competências cognitivas e socioafetivas em nossos alunos. Não basta aprender a ler e a escrever; a criança e o jovem precisam saber o que fazer com essa leitura e essa escrita em prol do seu desenvolvimento pessoal e para a inclusão social. Para que esse processo funcione, nossas crianças precisam do apoio legal, da presença do Ministério Público e dos Conselhos Tutelares; precisam de uma Secretaria do Bem-Estar Social e de uma Secretaria de Saúde que atuem de forma articulada com as redes de ensino. Cabe a nós, urgentemente, romper a compartimentalização e inovar com a intersetorialidade das políticas públicas.

Enquanto a educação for vista como competências setorizadas, não avançaremos na velocidade que precisamos. Urge darmos as mãos e conseguirmos fazer com que, realmente, nos próximos anos, consigamos cumprir os acordos internacionais e nacionais e atingir as metas de inclusão social, fazendo desse País uma nação justa, solidária e desenvolvida.

Inês Kisil Miskalo – é gerente executiva da área de Gestão de Política da Aprendizagem do Instituto Ayrton Senna e membro da Cátedra UNESCO/IAS de Educação e Desenvolvimento Humano